

Seguro ilegal cercado por todos os lados

Sandra Kiefer - 15/11/2009

O cerco se fechou contra entidades que se fazem passar por seguradoras e comercializam seguros de automóvel travestidos de "proteção automotiva" e apólices de seguros de vida sob o disfarce de plano de benefício social. O apelo de preços muito inferiores aos de mercado chamou a atenção da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda, que começa a enquadrar as falsas seguradoras por atuarem no ramo de seguros sem autorização do governo federal. Só uma delas, a UPS Serviços Sociedade Brasileira de Gestão e Assistência Ltda., de São Paulo, foi condenada pela Susep a pagar multa de R\$ 7,05 bilhões por exercício irregular de atividade sem registro.

Por não ter atribuição legal de fechar as entidades irregulares, pelo simples motivo de elas não serem seguradoras, a própria Susep denunciou as entidades pelo comércio irregular de seguros ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Em 21 de agosto, saiu a primeira decisão condenando as falsas seguradoras no país, ainda em caráter liminar, envolvendo entidade que opera em São José dos Campos (SP).

Em Minas Gerais, nove estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Dentre essas, duas se tornaram objeto de ação penal na Justiça Federal. A reportagem do Estado de Minas teve acesso, com exclusividade, ao auto de infração da Susep contra a UPS, aplicado em dezembro. Segundo a denúncia, a entidade oferece "plano de benefício social de apoio familiar", que inclui seguro de vida, assistência funeral, acidentes e invalidez. No mesmo mês, a Susep também multou, em R\$ 53 milhões, a Associação dos Transportadores de Carga Geral, com sede em Maraú, no Rio Grande do Sul, por formar clubes de seguros entre caminhoneiros.

As duas empresas foram punidas pela Susep por infringir a chamada Lei do Seguro, estando sujeitas às sanções previstas no artigo 113 do Decreto-Lei 73, de 1966. As multas aplicadas pela Susep são pesadas. O cálculo da importância a ser paga é feito com base na Resolução 60 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNPS), de 2001. O texto da lei determina que as empresas estão sujeitas à pena de multa igual ao valor da importância segurada. No caso específico da UPS, equivale ao somatório das vidas que estão sob sua responsabilidade.

A Susep não diz isso com todas as letras, mas quer acabar com as entidades que atuam no mercado paralelo ao das seguradoras. Por lei, toda atividade que capta dinheiro do público precisa ter lastro e ser controlada do estado. Para operar no mercado, as companhias de seguros necessitam de uma série de provisões, constituição de reservas e aplicações financeiras para fazer face ao pagamento das indenizações em caso de sinistros. Já as associações trabalham com o sistema de mensalidade e rateio.

Waldemir Bargieri, diretor da Susep, admite que as entidades fiscalizadas desafiam o poder público e continuam operando normalmente, apesar de estar inscritas na dívida ativa com bilhões em multas. "Elas estão pouco se lixando para a multa. Ao contrário, tornam-se ainda mais dispostas a tomar o dinheiro dos incautos e aumentar o faturamento da empresa. Ao prometer algo que custa menos em relação ao mercado regulamentado, acabam iludindo a boa fé das pessoas?", compara.

Um exemplo é o que ocorreu com a auxiliar de cartório Danielle Fernandes de Moraes, de 23 anos, que ainda está pagando as prestações do primeiro carro, um Palio placa HWX-7279, com a ajuda do namorado, Pablo Luiz Firmo Novaes. Há três

anos, o casal paga R\$ 68 mensais para a Nossa Associação de Proteção aos Veículos Automotores, de Contagem. Precisou usar o "seguro" em março, pela primeira vez, após se envolver em uma batida. Depois de três meses de espera, recebeu o carro desalinhado, com a pintura trincada e um pára-choque diferente em relação ao anterior, com farol de milha (mas que não funciona). "Nunca passei tanta raiva. Mandaram o carro para uma oficina de fundo de quintal, só de lanternagem e pintura, e o carro saiu do mesmo jeito. Já paguei R\$ 1 mil do meu bolso pelo radiador", afirma Pablo.

O casal afirma não ter conseguido falar com o presidente da associação, João Luiz Neto, e relata ter sido intimidado pelos diretores e pelo advogado da entidade. Em conversa com reportagem do EM, o atendente da Nossa Associação informou apenas que considera o caso como resolvido desde junho e que o serviço já está autorizado e pago. A reportagem tentou falar também com a diretoria da UPS. Detectou que os diretores não poderiam ser encontrados às 15h da sexta-feira, mas que os planos familiares continuavam sendo oferecidos normalmente, só que por intermédio de sindicatos.